



ACÓRDÃO Nº4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11364/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Michele Braga Miranda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7153/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Notificação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas do Gabinete do Vice-prefeito de Manaus, exercício 2018, sob responsabilidade do **Sr. Marcos Sergio Rotta**, na qualidade de Vice-prefeito, e da **Sra. Michele Braga Miranda**, na qualidade de Secretária Executiva.
- 10.2. **Recomendar** ao **Sr. Marcos Sergio Rotta** e à **Sra. Michele Braga Miranda**, na qualidade de gestores do gabinete do Vice-prefeito do Município de Manaus, que adotem as providências necessárias para:
 - 10.2.1. Atender a determinação do art. 37, II e V da CF/88, provendo os cargos públicos por servidores efetivos, deixando os cargos e funções comissionadas apenas para as funções de chefia, assessoria e direção;
 - 10.2.2. Evitar o pagamento das guias de previdência social no prazo indevido, a fim de não gerar despesas indevidas com juros e multas.
- 10.3. **Notificar** o **Sr. Marcos Sergio Rotta** e a **Sra. Michele Braga Miranda**, para que tomem conhecimento da decisão.
- 10.4. **Arquivar** os autos após o cumprimento das medidas de praxe.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Janeiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral